



SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

Extensão, administração municipal e cidadania: o projeto de extensão 10Envolver Capacidades

Ágnez de Lélis Saraiva/ Fundação João Pinheiro
Beatrice Correa de Oliveira/ Fundação João Pinheiro
Matheus Arcelo Fernandes Silva/ Fundação João Pinheiro
Roberto Eduardo Santos Souza/ Fundação João Pinheiro
Thiago de Oliveira Gonzaga/ Fundação João Pinheiro

Resumo:

Com o intuito de proporcionar aos estudantes da graduação da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro espaços de trocas de conhecimentos, de crescimento acadêmico e profissional que, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, no ano de 2015 surgiu o projeto de extensão 10Envolver Capacidades. O referido projeto tem o seu foco principal direcionado para as administrações públicas dos dez municípios do estado de Minas Gerais com os menores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010, em um trabalho com atividades voltadas para a gestão pública e o fortalecimento de espaços de participação social. Considerando isso, este estudo tem como objetivo geral analisar a percepção de estudantes que participaram do projeto 10Envolver Capacidades e os sentidos atribuídos sobre a experiência extensionista vivenciada. Para contribuir com o alcance deste objetivo foi feita uma sistematização das ações do projeto, com base em documentos produzidos durante as edições. Além disso, quatro alunos e uma aluna que foram ao 10Envolver Capacidades participaram de uma dinâmica realizada no dia 03 de maio de 2019, apresentando uma carta na qual descreviam qual a mensagem para o projeto deixariam e como gostariam de vê-lo no futuro, com base nas experiências que vivenciaram. Esta "cápsula do tempo" foi aberta em 2021 e os depoimentos serão analisados.

Palavras-chave: Extensão universitária; Administração Pública; Participação; Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

Fazer um trabalho que trate de experiências de extensão é sempre desafiador, como você nos acompanhará ao longo da leitura deste artigo. São muitos os elementos e atores que marcam as relações destas experiências e o 10Envolver Capacidades é um ótimo exemplo disso. Portanto, não se pode iniciar este trabalho - antes mesmo de tratar sobre o projeto - sem falar sobre quem o está escrevendo, já que estes foram participantes deste processo e, desconsiderando qualquer pretensa neutralidade na pesquisa ligada a epistemes funcionalistas, construíram este texto também com base nas percepções diárias de trabalho na Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (GERI-EG/FJP).

Feitas estas considerações iniciais, destaca-se que o 10Envolver Capacidades é um projeto de extensão universitária realizado pela EG-FJP e pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio de sua Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS-MPMG).

Estruturado a partir de 2016, o 10Envolver Capacidades é um projeto que se desdobrou de ações da CIMOS-MPMG de anos anteriores, em parceria com outras instituições de ensino superior – IES, direcionadas aos municípios de menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado de Minas Gerais. Firmou-se então a parceria entre a EG-FJP e o MPMG, com o objetivo de ampliar o escopo das ações para outras atividades específicas junto às administrações públicas desses municípios. Neste sentido, partiu-se da concepção de ser necessário capacitá-las para melhorar a sua atuação nas licitações, compras, prestações de contas, elaboração dos seus instrumentos de planejamento, nas formas de contratação e desenvolvimento dos recursos humanos, no fortalecimento das arenas de participação social e dos diferentes conselhos municipais, notoriamente aos relacionados aos das políticas sociais, entre outras temáticas necessárias à melhor provisão de suas políticas públicas nestes municípios.

Reconhecia-se com isso a importância das administrações municipais como agentes centrais para impulsionar o desenvolvimento local, superar os entraves para o crescimento econômico e para a redução da pobreza nestes municípios. Essas são justamente algumas das competências da EG-FJP na formação de seus estudantes quando os prepara para atuar no âmbito das administrações públicas, com o intuito de torná-las mais abertas à participação social e ao controle público e mais efetivas na provisão de suas políticas públicas.

Formalizada esta parceria, entre os anos de 2016 e 2019, os docentes e discentes da graduação em Administração Pública da EG-FJP em conjunto com os técnicos da

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS-MPMG realizaram imersões em 10 municípios mineiros¹, a saber: Crisólita, Bonito de Minas, Pai Pedro, Monte Formoso, Setubinha, Indaiabira, Bertópolis, Fruta de Leite, Novo Oriente de Minas e Gameleiras. Durante as imersões, com duração de duas semanas cada, os estudantes e professores aprimoraram os diagnósticos prévios, planejaram as ações e realizaram rodas de conversas, oficinas, minicursos, treinamentos, debates e outras ações voltadas ao público interno das administrações públicas, aos vereadores e aos membros dos diversos conselhos municipais.

A partir dessas considerações, este estudo tem como objetivo geral analisar a percepção de estudantes que participaram do projeto 10Envolver Capacidades e os sentidos atribuídos sobre a experiência extensionista vivenciada.

Para contribuir com o alcance deste objetivo, foi feita uma sistematização das ações do projeto, com base em documentos produzidos durante as edições. Além disso, quatro alunos e uma aluna que atuaram no 10Envolver Capacidades participaram de uma dinâmica realizada no dia 03 de maio de 2019, escrevendo, cada um, uma carta, na qual registravam qual a mensagem para o projeto deixariam e como gostariam de vê-lo no futuro, com base nas experiências que vivenciaram. Esta "cápsula do tempo" foi aberta em 2021 e os depoimentos foram analisados.

Com isso, além desta introdução, primeiro será apresentado o percurso metodológico do artigo. Em seguida, será abordada uma breve discussão acerca da extensão universitária, bem como será realizada uma reconstrução da origem e da trajetória do projeto 10Envolver Capacidades e do processo de sua implementação. No terceiro momento, serão analisados os relatos dos estudantes contidos na "cápsula do tempo", a partir dos quais serão discutidas as percepções sobre a experiência de cada um. Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo originou-se como um relato das experiências vivenciadas ao longo do projeto 10Envolver Capacidades, apresentando um caráter mais descritivo da ação. Contudo, para trazer elementos que envolvem a reflexão sobre o projeto, com foco nas experiências dos estudantes que participaram do processo, optou-se por resgatar uma "cápsula do tempo", que foi construída em uma dinâmica realizada no dia 03 de maio de 2019.

Neste dia, já haviam sido realizadas todas as edições do 10Envolver Capacidades e foi promovido um evento no qual apresentou-se e foram debatidas experiências acerca do projeto,

¹ Durante as três primeiras edições do projeto também houve a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que foi um importante ator, sendo grande influência na caracterização das ações realizadas.

considerando as ações em todos os municípios participantes. Como parte da dinâmica do evento, ao final deste dia, quatro alunos e uma aluna escreveram uma carta cada e depositaram em uma cápsula do tempo do projeto, que foi aberta em 2021 e que aponta para elementos vivenciados por estes estudantes, bem como para perspectivas que gostariam de deixar para o futuro do projeto.

Importante ressaltar que não houve a seleção de participantes para a dinâmica, tampouco foi considerada a diversidade de experiências, ou mesmo aspectos importantes como gênero e raça. A atividade foi realizada com os estudantes presentes, tendo havido o convite para todos que se envolveram no 10Envolver Capacidades, que totalizam 80 estudantes.

Neste sentido, estão representadas experiências em três municípios distintos, considerando este universo de 5 estudantes, que iremos preservar as identidades, optando por chamá-los neste trabalho de Estudante A; Estudante B; Estudante C; Estudante D; e Estudante E. Destacando também que as cartas deixadas na cápsula do tempo não foram assinadas.

Ao abrir a cápsula do tempo, com as cartas endereçadas ao 10Envolver Capacidades do futuro, em maio de 2021, foram encontrados importantes relatos que serão apresentados neste trabalho, sem a intenção de generalização dos dados apresentados, mas considerando um importante entrelaçamento entre a projeção de perspectivas futuras e a possibilidade de refletir sobre as experiências vivenciadas por esses 5 estudantes.

Buscando ir além da simples categorização dos dados, escolheu-se utilizar a análise de discurso da vertente francesa para trabalhar as cartas. Essa escolha se deu considerando que se trata de uma análise que leva em consideração aspectos sociais de produção do discurso, sendo a palavra, conforme aponta Bakhtin (2006, p. 99), o “produto da interação entre o locutor e o ouvinte”. Além disso, como aponta Fiorin (2003), esta metodologia contribui para identificar os discursos enunciados explicitamente, implicitamente ou mesmo silenciados.

Para operacionalizar a análise, utilizou-se a sistematização realizada por Saraiva (2009, p. 90-91), por meio dos procedimentos propostos pelo Professor Doutor Antônio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, ressaltando que em alguns momentos foram considerados apenas parte dos pontos elencados.

Além disso, também foi feita uma sistematização das ações do projeto, com base em documentos produzidos durante as edições, como forma de dar suporte às discussões que serão empreendidas por meio da análise das cartas depositadas da cápsula do tempo do 10Envolver Capacidades.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ESTRUTURAÇÃO DO I0ENVOLVER CAPACIDADES

A extensão universitária encontra-se institucionalizada como parte da política da educação superior no Brasil. Ela está presente no texto constitucional de 1988 em caráter indissolúvel em relação ao ensino e à pesquisa (BRASIL, 1988, art. 207, caput) e, também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, capítulo IV). Esta última, além de reforçar que a extensão é indissolúvel do ensino e da pesquisa, assegura que a ela seja aberta a participação social (BRASIL, 1996, art. 43, inc. VII), que fortaleça e contribua para aproximação da educação básica e a superior (Inc. VIII), assegura a formação de profissionais para trabalhos de extensão (BRASIL, 1996, art. 52, caput) e garante programas de extensão de forma autônoma por parte das unidades escolares (BRASIL, 1996, art. 53, Inc. III). Apesar desta institucionalização, a integração de fato entre ensino, pesquisa e extensão ainda é uma tarefa em construção e a sua efetivação depende, principalmente, do empenho de gestores e docentes das universidades brasileiras (PIVETTA, et al., 2010).

A Curricularização da Extensão em andamento nas IES brasileiras é fruto de normativas federais publicadas, como a Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14 destaca-se como uma norma que pode proporcionar o avanço na institucionalização da extensão e sua articulação efetiva com o ensino e a pesquisa.

Destaca-se ainda na legislação que regulamenta a extensão no Ensino Superior no Brasil a sua preocupação em garantir espaços de diálogos entre a comunidade escolar e a sociedade em geral (BRASIL, 1996, art. 43, inc. VII), o que aproxima das propostas que historicamente reivindicam a extensão de caráter popular, como proposto pela Reforma de Córdoba (1918) e os princípios defendidos por Paulo Freire (PAULA, 2013). Em linhas gerais, Paula (2013, p. 19) resgata a trajetória da extensão universitária no Brasil e descreve o desafio posto à extensão:

É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação.

Assim, elaborar programas e projetos de extensão no Campo de Públicas com a perspectiva dialógica que reconheça as diferenças e a alteridade e que promova a interação entre os conhecimentos produzidos nas IES e àqueles produzidos nas localidades onde as ações são

desenvolvidas é um grande desafio. Foi com essa perspectiva que nasceu e aconteceu o 10Envolver Capacidades. Ou seja, estudantes e professores da graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro aceitaram o desafio de dialogar com as administrações públicas dos 10 municípios com os menores IDHM do estado de Minas Gerais para compreender as razões deste cenário complexo e como poderiam participar como agentes para impulsionar ganhos de desenvolvimento socioeconômicos para esses municípios.

Para compreender o conteúdo do Projeto 10Envolver Capacidades, antes é necessário descrever rapidamente as razões para a sua formulação. Minas Gerais apresenta relativa semelhança com o Brasil em termos de sua estrutura regional e de seus municípios. Ou seja, as suas regiões de planejamento e municípios situados no centro, sul e oeste do seu território apresentam indicadores de desenvolvimento humano mais elevados. E aqueles situados no norte e nordeste do estado apresentam indicadores menores que indicam desafios relacionados à pobreza, condições de vulnerabilidade e serviços públicos deficientes. Ou seja, há uma grande desigualdade entre os municípios. Mesmo com a expansão econômica e o desenvolvimento social no período entre 2003 e 2015, as desigualdades diminuíram pouco e as regiões mais pobres continuaram ainda muito vulneráveis (MINAS GERAIS, 2013b).

Os 10 municípios com os menores IDHM entre todos do estado estavam localizados nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais (PNUD, 2000). Esta situação continuava a deixar as suas populações vulneráveis e exigia por parte das diversas esferas e agências estatais ações para tentar reverter a tendência. Foi neste contexto que nasceu o 10Envolver, a partir do reconhecimento da vulnerabilidade da população provocada pelo baixo crescimento e desenvolvimento econômico e social experimentados por estes municípios quando comparados aos demais do estado de Minas Gerais. Portanto, segundo o MPMG, o projeto tinha como seu objetivo final o intuito de fortalecer os vínculos comunitários e empoderar as comunidades locais para buscarem seus direitos básicos (MINAS GERAIS, 2013a).

Coordenado pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio de sua Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - CIMOS, o 10Envolver foi realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e com as instituições de ensino superior do estado no ano de 2012. Ele tinha a previsão de duração de cinco anos e estava previsto para ser realizado em etapas. A primeira buscava a realização do diagnóstico participativo através da metodologia da pesquisa-ação. Neste sentido, nos meses de fevereiro e março de 2013 aconteceram as “visitas preliminares” nos municípios de Bonito de Minas, Gameleiras, Indaiabira e Pai Pedro. Estas visitas visaram apresentar o Projeto aos atores

governamentais, lideranças locais, escolas e organizações sociais. Além disso, procuraram motivar estes atores para participar do Projeto e, por último, planejar conjuntamente as ações de diagnóstico dos municípios (MINAS GERAIS, 2013a). A partir de 2013 até o ano de 2016, com o diagnóstico pronto e com as ações planejadas, atividades foram desenvolvidas envolvendo os agentes públicos e sociais nos 10 municípios.

Neste contexto de planejamento das ações a serem trabalhadas com os municípios, a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, por meio da sua Gerência de Extensão e Relações Institucionais – GERI, foi convidada pelo MPMG para participar do Projeto, na intenção de se realizar um trabalho específico com os gestores e as diversas áreas da administração municipal. Ao propor trabalhar com as administrações públicas municipais, o MPMG reconhece que o setor público estatal é de fato necessário para superação da pobreza e para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em localidades com estas características (REZENDE; LEITE; SILVA, 2015). Para tanto, procurou incluí-las como foco principal de sua atuação no segundo momento do projeto, ou seja, no 10Envolver Capacidades. Isso fica explícito nos seus objetivos, quando a CIMOS apresenta a previsão da primeira intervenção no município de Crisólita, em janeiro de 2016.

O objetivo do 10Envolver – Capacidades é a melhoria das capacidades administrativas e o fortalecimento e aprimoramento da participação social em municípios com baixo IDH. As atividades direcionadas para gestão serão executadas por um grupo de estudantes e docentes do curso de graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro que, em encontros com técnicos e secretários municipais, compartilharão conhecimentos na busca de alternativas para resolução de problemas e aprimoramento das políticas públicas (MINAS GERAIS, 2016a).

A aproximação entre a EG/FJP e a CIMOS/MPMG levou à assinatura do Acordo de Cooperação entre as instituições e a formulação do Plano de Trabalho. Este último permitiu os ajustes, adequação e a formatação da atuação nos municípios. Agora com o nome de 10Envolver Capacidades, o trabalho aconteceu principalmente dentro das administrações municipais e nos espaços de interação entre esta e as comunidades locais. Nesta fase, em conjunto com as administrações públicas dos municípios, os alunos e professores da EG-FJP, juntamente com os técnicos da CIMOS/MPMG, faziam diagnósticos mais precisos da situação, identificando problemas que dificultam a provisão de políticas públicas e que poderiam estar afetando o desenvolvimento local. Com isso, em janeiro de 2016 aconteceu a primeira experiência conjunta no município de Crisólita que serviu de referência para ajustes no Projeto 10Envolver Capacidades.

O desenvolvimento das atividades do projeto junto às administrações mobilizou os técnicos da CIMOS/MPMG, uma analista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, professores e estudantes da graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. As ações eram planejadas mediante viagens preparatórias da equipe da CIMOS aos municípios para interações, levantamento de demandas e preparação do município para receber a equipe conjunta das instituições parceiras durante duas semanas de trabalho intensivo. Com os dados e informações fornecidos pelos técnicos da CIMOS, os estudantes e professores da FJP detalhavam o diagnóstico e preparavam a agenda de atividades. Esta era enviada para as administrações municipais que mobilizavam seus servidores públicos e os deixavam à disposição para participação nos treinamentos e outras ações previstas.

As visitas preparatórias, os diagnósticos e a previsão de atividades marcam o início da implementação do Projeto 10Envolver Capacidades nos 10 municípios. As previsões são ajustadas às realidades locais, algumas não acontecem ou acontecem parcialmente e novas atividades são incluídas durante a permanência da equipe nas localidades. O que faz do momento da implementação uma etapa fundamental na realização do projeto.

A implementação do 10Envolver Capacidades nos municípios

A realização do 10Envolver Capacidades estruturou-se por edições de trabalho junto aos municípios. Silveira et al. (2017, p. 14) descreve as etapas do Projeto da seguinte forma:

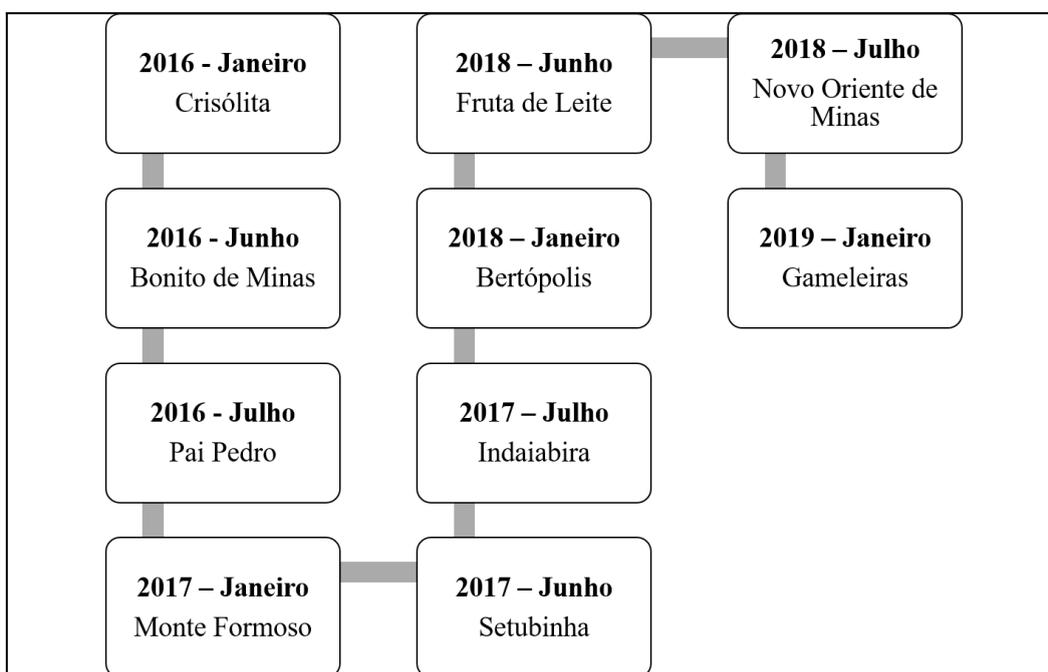
o Projeto se desenvolve nas seguintes etapas: a) definição do município e da data da imersão; b) seleção dos estudantes e professor c) preparação e visita prévia ao município; d) imersão; e) conclusão: produção do Relatório, resposta dos questionários e apresentação das atividades em Seminário.

Apesar de considerar o projeto como um todo, o foco da análise é a fase da imersão no município, momento da implementação propriamente dita, e ocasião em que os estudos e levantamentos de informações culminam em vivências e práticas. Cada imersão ocorreu nos períodos de recesso do semestre letivo, mobilizando 8 estudantes e 1 professor e da EG-FJP, além de 2 técnicos da CIMOS. Os estudantes eram divididos em duplas, para trabalhar em diferentes secretarias municipais, focadas em atividades relacionadas ao fortalecimento da gestão pública municipal, e atividades de fomento e suporte à participação social e cidadania (SILVEIRA et al., 2017, p. 15).

As imersões nos municípios tiveram a seguinte sequência: Crisólita (janeiro de 2016),

Bonito de Minas (junho de 2016), Pai Pedro (Julho de 2016), Monte Formoso (Janeiro de 2017), Setubinha (junho de 2017), Indaiabira (julho de 2017), Bertópolis (Janeiro de 2018), Fruta de Leite (Junho de 2018), Novo Oriente de Minas (julho de 2018) e Gameleiras (Janeiro de 2019). Elas foram realizadas em cada um dos municípios por 8 estudantes e um professor da FJP, dois técnicos da CIMOS/MPMG e a analista do PNUD. A imagem a seguir apresenta a linha do tempo dos municípios do 10Envolver Capacidades:

Figura 1 - Linha do tempo dos municípios do 10Envolver Capacidades 2016-2019



Fonte: Relatórios do 10Envolver Capacidades.

Quanto às atividades desenvolvidas durante as imersões, o quadro 1 apresenta de forma resumida o que aconteceu em cada um dos municípios. Grande parte das atividades desenvolvidas nas imersões ou na implementação do Projeto 10Envolver Capacidades estava direcionada para a área meio das administrações municipais. O Quadro 1 mostra também que houve preocupação com os espaços democráticos de participação das populações locais. Neste sentido, foram várias as ações voltadas para fortalecimento dos conselhos municipais de participação social na provisão das políticas públicas e, também, direcionadas para as câmaras de vereadores. Nessas últimas, as ações aconteceram pela via de oficinas e cursos voltados aos parlamentares municipais no sentido de que eles fortaleçam exerçam suas atividades com autonomia e as câmaras municipais se transformassem em espaços de representação e diálogo com a sociedade. Em relação aos conselhos municipais, foram realizadas oficinas com o

objetivo principal de estimular a participação mais efetiva da população e dos conselheiros nas reuniões e nos processos deliberativos.

Quadro 1: Atividades desenvolvidas nas Imersões nos municípios durante o 10Envolver Capacidades

Municípios	Atividades desenvolvidas
Crisólita	Mapeamento e redesenho do processo de compras; Planejamento do uso dos veículos para realização da busca ativa pelo CRAS; Diagnóstico e proposição de melhorias para reorganização do setor de estoques do município; Oficina sobre elaboração de projetos para captação de recursos e utilização do portal SICONV; Oficinas sobre gestão de associações comunitária, sobre a aplicabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), liderança e gestão de pessoas, com funcionários das áreas Saúde, Educação e Assistência Social sobre a importância das ações conjuntas, geração de renda no município e sobre técnicas para a resolução de problemas cotidianos e aperfeiçoamento dos processos da administração municipal.
Bonito de Minas	Roda de Conversa com os Conselhos sobre orçamento público e os desafios da educação; Suporte na elaboração de projeto para aperfeiçoar o atendimento das famílias das comunidades rurais, por meio de integração das diversas políticas públicas; Diagnóstico e proposição de melhorias no processo de gestão de frotas; Oficina sobre a rotina e os deveres dos servidores públicos; Diagnóstico e proposição de melhorias do setor de licitação e setor de convênios; Suporte para articulação de projeto de hortas comunitárias nas 25 escolas municipais.
Pai Pedro	Oficina sobre as peças orçamentárias - LOA, LDO e PPA; matriz SWOT do processo de planejamento da prefeitura; elaboração de um manual sobre o processo de planejamento; mapeamento e redesenho do processo de compras; Oficinas com os jovens e técnicos da Assistência Social, Saúde e Educação para pensar políticas públicas para a juventude.
Monte Formoso	Diagnóstico da estrutura organizacional e elaboração do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal; Projeto conjunto para as secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde com foco na qualidade de vida, saúde e meio ambiente; Oficinas sobre os aspectos legais dos conselhos municipais; Suporte para iniciar o Plano Municipal de Assistência Social; Organização do arquivo e modelo de formulário para cadastro de famílias no CRAS; Orientações para a regularização de repasses da União ao município que se encontravam bloqueados/suspensos; Instalação de sistema e orientações de uso na Unidade de Saúde.
Setubinha	Diagnóstico da situação do município em relação aos adolescentes e jovens em conflito com a lei; Elaboração da parte descritiva e legal do Plano de Medidas Socioeducativas; Organização da documentação da rotina administrativa do CRAS e do Conselho Tutelar; Organização e gestão de estoque da Farmácia para Todos e das Unidades Básicas de Saúde; Melhoria e atualização do website da prefeitura; Mapeamento e redesenho do processo de compras.

Indaiabira	<p>Oficinas sobre regularização fundiária e fortalecimento do PNAE e relatório sobre a situação de Regularização Fundiária do município; diagnóstico do acesso a água das comunidades rurais do municípios para implantação de uma Estação de Tratamento de Água no município; oficina com a comunidade quilombola de “Brejo Grande” para esclarecimento dos direitos quilombolas e programas do governo federal possuem prioridade; Oficina com os vereadores sobre os instrumentos de planejamento orçamentário, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); Elaboração de um projeto conjunto entre Assistência Social e Saúde, que trabalhasse com os jovens aspectos de fortalecimento de vínculos comunitários e empoderamento individual.</p>
Bertópolis	<p>Diagnóstico da gestão de pessoas na prefeitura; elaboração de material explicativo para a população sobre os critérios fundamentais para poder participar dos programas Bolsa Família e Família Acolhedora; diagnóstico e proposição de melhorias sobre a Unidade Básica de Saúde, melhorias sobre o cumprimento do PNAE nas escolas, de melhorias do setor de convênios e de melhorias sobre as finanças municipais.</p>
Fruta de Leite	<p>Elaboração de relatório sobre a situação da doença de chagas, as ações de combate à doença e as potencialidades e dificuldades na atuação contra o barbeiro no município; auxílio na a elaboração do Projeto de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas; levantamento do quadro de professores e servidores da educação; Rodas de conversa com alunos do Ensino Médio sobre participação da juventude na política; organização dos arquivos do Cadastro Único; roda de Conversa com as mulheres sobre “A importância da Geração de Renda” e com jovens e adultos sobre empreendedorismo; Oficina sobre instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) aos vereadores; oficina sobre licitação com os secretários e a pregoeira municipal; roda de conversa com a prefeitura e os comerciantes sobre desenvolvimento local.</p>
Novo Oriente de Minas	<p>Elaboração de uma proposta e Avaliação de Desempenho para servidores municipais; oficinas sobre elaboração de projetos e captação de recursos; seminário sobre o papel dos Conselhos Municipais na construção e gestão de políticas públicas; colaboração no processo de gestão de férias e férias prêmio dos servidores municipais; revisão e avaliação do processo de gestão e contratação de pessoal; sugestões de melhoria das unidades básicas de saúde e dos PSF's; seminário com a temática de Atendimento ao Cidadão; seminário com os agentes comunitários de saúde sobre “Ética no Serviço Público e Atendimento ao Cidadão”; suporte no planejamento da Secretaria de Agricultura para implementação do PAA; auxílio na construção de um diagnóstico das vulnerabilidades do município; cadastro e treinamento das conselheiras tutelares para utilização do Sistema para Infância e Adolescência (SIPIA); roda de conversa sobre os direitos e deveres do servidor público; elaboração de cartilha sobre licitação; oficina sobre instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) para os vereadores.</p>
Gameleiras	<p>Suporte na revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e a construção de uma metodologia de Planejamento da Força de Trabalho no governo municipal; oficinas sobre o ciclo orçamentário, funcionamento e utilização de repasses destinados à Assistência Social e elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e Cadastro Nacional de Entidades; roda de conversas com os comerciantes locais, pleiteantes de licitações; elaboração e distribuição de cartilha para explicar o processo licitatório; estudo da distorção para o elevado número de professores municipais frente ao reduzido número de alunos; proposição de abertura de turmas de EJA e de turmas de tempo integral; estudo comparativo dos dois Planos de Cargos e Salários do Magistério que regulamentam e diferenciam os concursados de 2008 e de 2013; roda de conversa sobre noções de cooperativismo; elaboração de projeto de educação ambiental no</p>

	município.
--	------------

Fonte: Relatórios do 10Envolver Capacidades.

As atividades desenvolvidas nos municípios, expressas no Quadro 1, deixam evidentes que os alunos do CSAP envolvidos no 10Envolver Capacidades tiveram que recorrer a seus conhecimentos produzidos na graduação em administração pública e aplicá-los às realidades dos municípios. Ao mesmo tempo, usufruíram do compartilhamento do conhecimento prático dos gestores e agentes públicos municipais que desenvolvem suas atividades com os escassos recursos que estes municípios dispõem. As reuniões, encontros, cursos, oficinas e outras ações foram momentos de compartilhamento de conhecimentos e de reflexão em que os conhecimentos teóricos foram confrontados com a realidade dos municípios.

SENTIDOS DO 10ENVOLVER CAPACIDADES: ABRINDO A CÁPSULA DO TEMPO

Após esta extensa retomada sobre o projeto que abordou a forma como ele foi estruturado e implementado, analisa-se os relatos apresentados por 5 estudantes no dia 03 de maio de 2019 que foram inseridos em uma “cápsula do tempo”, a qual foi aberta em julho de 2021. Nela, foram deixadas mensagens para que fossem lidas no futuro por quem constrói e faz parte do projeto. Neste sentido, não foi solicitada uma análise exaustiva ou mesmo que fossem relatadas, de forma objetiva, percepções sobre a experiência de cada estudante, mas sim que se apresentasse de forma livre o que se esperava do projeto para o futuro.

Com isso em mente, estruturam-se esta seção e a ordem de apresentação dos relatos em três principais categorias: relação entre os atores no projeto; como foi percebida a experiência de participar do projeto; e olhando para o futuro: o que pode ser melhorado?

Ao se considerar essa construção de temas que auxiliarão na apresentação mais clara dos resultados, inicia-se com um fragmento discursivo do Estudante A que demonstra uma característica importante da relação com a CIMOS-MPMG: (1) “O MP precisa continuar a dar a característica de legitimação do projeto, enforcement”. Por meio deste trecho, é possível verificar que a presença do MPMG é considerada uma característica positiva do projeto e que não deve ser alterada, destacando a seleção lexical “continuar”. Também chama atenção que o papel destacado para a instituição é o de “legitimação” e “enforcement”, o que marca a construção da imagem acerca do MPMG. Sobre este ponto, destaca-se que a CIMOS-MPMG, na construção do projeto, busca lidar com esse aspecto da construção de soluções junto aos municípios.

Ainda, considerando o fragmento discursivo (1), é importante ressaltar que esse papel de legitimação e da importância dessa condição para realizar os trabalhos nos municípios é algo ligado à experiência dos estudantes, questão apontada ainda na fala do estudante A: (2) “O projeto é uma fonte de aprendizado muito grande para os alunos principalmente, ganho de experiência profissional e pessoal”. Destacamos neste trecho, a seleção lexical “principalmente”, que traz, como um aspecto refletido do discurso, a relevância da experiência para os estudantes, porém deixa aberta a análise sobre os impactos para os demais atores do projeto, o que representa um implícito pressuposto da dificuldade de percepção, por parte do estudante A, de outros impactos das ações realizadas em sua edição.

Estes elementos levantados por meio dos trechos (1) e (2) apontam para importantes questões, em especial ao se considerar a construção social dos discursos apresentados nas cartas postadas na cápsula do tempo. Nesse sentido, é preciso considerar que foram os estudantes que escreveram essas cartas, já tendo vivenciado todo o processo, vendo um momento de conclusão do projeto e de possibilidades de novas edições, mas também inseridos no início da atuação no Governo do Estado de Minas Gerais, podendo refletir sobre o impacto daquela experiência nesse momento de início de carreira como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).

Essa é uma questão relevante para se observar nos trechos a seguir, uma vez que pensar nos impactos de uma ação, que se propõe também como um processo formativo, traz indicativos para refletir sobre múltiplas categorias e requer um cuidado ainda maior e uma responsabilidade no acompanhamento e na construção das ações por parte das instituições que propõem o projeto. Isso é mencionado pelo Estudante B no fragmento discursivo (3): “À GERI e ao MP, o recado é semelhante. O acompanhamento de ambos é elemento-chave para o enriquecimento de toda experiência”.

Neste trecho, o percurso semântico construído pelo Estudante B indica o papel central da EG/FJP, por meio da GERI, e da CIMOS-MPMG, uma vez que o projeto se propõe a contribuir com “a melhoria das capacidades administrativas e o fortalecimento e aprimoramento da participação social em municípios com baixo IDH” (MINAS GERAIS, 2016a). Ainda sobre esta questão, o Estudante E, no fragmento discursivo (4), também reforça o papel da GERI e do MP, destacando-se a seleção lexical “fundamental”, ao se referir ao funcionamento do projeto.

(4) O papel da GERI e do MP é fundamental para o funcionamento do projeto. Gostaria de agradecer pelo suporte dado durante a experiência e pedir para que esse suporte continue sendo ofertado para que diversos alunos

tenham experiências parecidas (ESTUDANTE E).

Ainda, por meio do fragmento (4), destaca-se o foco dado pelo Estudante E ao tema da experiência vivida pelos estudantes ao longo do projeto. Isso remete ao suporte dado pelas instituições parceiras na execução do projeto como fator fundamental de sucesso para a experiência que viveu, havendo um aspecto que pode ser apreendido deste discurso de que o elemento central do projeto, na percepção deste estudante, é a formação acadêmica. Além disso, em sua carta, o Estudante E ressalta um outro fator importante desta experiência:

(5) O projeto 10envolver [Capacidades] possibilitou uma ótima experiência profissional. O contato com a prefeitura e os cidadãos proporciona aprendizados que não são desenvolvidos durante o trabalho no Governo do Estado de Minas Gerais.

Meu conselho para os próximos imersos é: conversem ao máximo com as pessoas da cidade e procurem entender o papel da prefeitura na vida dessas pessoas (ESTUDANTE E).

Um primeiro ponto importante que emerge do discurso presente no fragmento discursivo (5) é a expressão “ experiência profissional”, explicitando o caráter desta atividade de extensão. Ademais, o contato com as prefeituras e cidadãos se coloca como uma fonte de aprendizado, o que evidencia este fator mais uma vez como elemento central da experiência vivida. Sendo assim, ficam claras as figuras da prefeitura e dos cidadãos, representados como uma nova realidade, que se somará à experiência do Governo do Estado de Minas Gerais, vista como algo distinto. Destaca-se, nesse sentido, a seleção lexical "aprendizados", que mais uma vez reforça o caráter formativo do projeto, no entanto há um silenciamento no relato do Estudante E de quais os ensinamentos e legados deixados à prefeitura e aos cidadãos do município.

Indo ao encontro deste debate, o Estudante D chama atenção para a importância do diálogo com os atores locais, como pode ser observado no fragmento discursivo (6). A expressão “não só”, ao se referir ao contato durante a imersão com representantes da equipe e do MP, aponta para a importância e as possibilidades de apreender outros saberes, por meio do contato com os atores locais.

(6) Uma outra indicação importante é: conversem com as pessoas - não só os membros da equipe e do MP - mas os munícipes. Tenham empatia e noção! São pessoas mais simples, mas não incapazes. Tenham humildade e compaixão. Hoje e sempre precisaremos disso (ESTUDANTE D).

Os aprendizados que marcam os estudantes que participam do projeto estruturou o relato presente no fragmento discursivo (7), a partir do qual destacamos a seleção lexical “muda

a vida”. Também é percebido neste discurso a presença da figura do ensino, em contraposição com a prática do projeto que amplia as percepções e traz novos elementos para a formação do administrador público. Neste sentido, é possível retomar o fragmento discursivo (6), uma vez que mesmo com a presença e suporte de professores na localidade para auxiliar os estudantes, nota-se que o real se apresenta com novas questões, que apenas a formação instrumental não é capaz de apreender.

(7) Gente, o 10envolver [Capacidades] muda a vida do estudante do CSAP. A gente aprende que existe muito mais de Administração Pública do que é ensinado na faculdade. Aprende a lidar com a simplicidade de alguns, a antipatia de outros, e aprende que existe muito a se fazer pela população (e talvez como fazer!) (ESTUDANTE C)

Outro ponto de aprendizado advindo da vivência do real identificado nos fragmentos discursivos foi o trabalho em equipe, destacado como importante no desenvolvimento das ações no município. Segundo o discente, o trabalho em equipe deveria ser baseado em confiança, que deve ser desenvolvida durante o período de imersão, tanto de entregá-la à equipe, quanto de merecer essa confiança da equipe.

(8) Após as discussões um fato foi ressaltado em minha mente: a importância do trabalho em equipe. O comprometimento e responsabilidade de todos vai ser essencial para um desenvolvimento conciso e linear. Confiem na sua equipe e seja digno dessa confiança. (ESTUDANTE D)

Avançando nas percepções sobre as experiências, um ponto que chama atenção é o silenciamento sobre os trabalhos realizados, que não tiveram uma centralidade ao deixar um relato para os futuros participantes. Contudo, o Estudante A (9) coloca, como uma questão a ser observada, a necessidade de atender melhor às demandas dos municípios, apontando como solução, sua estruturação prévia. Existe um implícito pressuposto neste fragmento discursivo, que diz respeito ao envolvimento das prefeituras municipais, especialmente na construção das atividades que serão desenvolvidas. Soma-se a este discurso, o silenciamento em relação à atuação das prefeituras ao longo dos discursos apresentados por outros estudantes.

Por outro lado, o Estudante B, ao longo do fragmento discursivo (10) teve a percepção de que existe uma potência nos trabalhos pontuais realizados e que este é um dos fatores de sucesso do projeto. Apontando para uma ideia de que o projeto não deve atuar sobre questões estruturais, mas focar nos limites possíveis dentro de sua estruturação, o que muitas vezes pode ir de encontro com as expectativas e demandas dos municípios.

(9) A continuação do projeto deve pensar numa forma de atender melhor as

demandas do município, estruturá-las previamente pode ser uma solução. (ESTUDANTE A)

(10) Hoje, particularmente, aprendi que por mais diferentes que sejam os alunos, o 10envolver [Capacidades] tem muito a contribuir com suas formações. É gratificante perceber que não fui o único que fui grandemente impactado pelo projeto. Meu conselho é que os trabalhos pontuais, em várias frentes e por meio de duplas e trios permaneçam: esse é um dos elementos característicos do projeto responsável pelo seu sucesso. (ESTUDANTE B)

Como último fragmento discursivo analisado, o trecho (11) apresenta mais uma vez a característica positiva do projeto para os estudantes envolvidos, ressaltado pela expectativa do Estudante A, de que o projeto ainda esteja ainda em funcionamento, o que demonstra a construção da ideia de que a manutenção do projeto é algo que pode contribuir para o processo formativo destes estudantes.

(11) Espero que o projeto ainda esteja rodando e levando os alunos para essas localidades mais precárias e afastadas. Pois beneficia muito os alunos, e acredito que ao menos fomenta boas práticas públicas nesses municípios. (ESTUDANTE A)

Por outro lado, o Estudante A ainda segue com uma questão de difícil definição na construção do discurso presente no fragmento (11), referente a quais os legados serão deixados para os municípios, por meio da atuação realizada. Ainda assim, a expressão “ao menos”, inserida no percurso semântico construído, traz uma ideia de que são positivas as experiências que os atores municipais possuem ao receberem o projeto, mesmo que, em comparação com as experiências dos estudantes, ainda fique em um segundo plano, pois em relação a estas é explicitado que “beneficia muito”.

Passados pelos 11 fragmentos discursivos que marcaram a escrita de pequenas cartas deixadas por 5 estudantes que foram ao 10Envolver Capacidades e deixaram um recado para o futuro do projeto, em seguida apresenta-se algumas considerações finais, que representam reflexões advindas das análises tecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar um projeto como o 10Envolver Capacidades não é uma tarefa fácil. A jornada de trabalho junto aos 10 municípios do projeto perpassou por mais de três anos, mobilizando diversos atores. Por isso, o objetivo deste trabalho não era realizar uma avaliação do projeto, ou mesmo seus impactos. Mas sim, realizar a sistematização desta experiência, resultado de um processo de construção de múltiplos atores e, por meio, da análise de cartas deixadas por 5 alunos em uma cápsula do tempo, no evento que marcou o encerramento do projeto, em 03 de

maio de 2019, buscou-se trazer reflexões que marcaram as mediações vivenciadas por esses 5 alunos, sem a pretensão de generalização dos resultados encontrados.

Trata-se, portanto, de um trabalho que reflete sobre a ação extensionista, baseada na experiência de formação do estudante da EG/FJP, que teve como objetivo geral identificar e analisar as impressões dos estudantes sobre o que vivenciaram: o que eles apresentam da experiência, como pensavam em como deveria ser o futuro do projeto, e qual a percepção sobre também pensando nos atores envolvidos, nas formas como se estruturam as vivências. Esses foram os principais temas e figuras encontrados nos discursos e por meio dos quais organizou-se a apresentação dos fragmentos discursivos.

Fruto da parceria da Escola de Governo da FJP com o Ministério Público, o 10Envolver Capacidades foi estruturado no âmbito do projeto 10Envolver, como uma proposta de ação cuja concepção era de que os baixos indicadores socioeconômicos podem estar ligados à baixa capacidade do poder público municipal em prover serviços públicos e de fomentar espaços de participação social. Nesse sentido, docentes e discentes do curso de Administração Pública desenvolveram atividades diversas em parceria com os municípios, junto às secretarias municipais, Câmara de Vereadores, Conselhos de políticas públicas, associações comunitárias rurais e urbanas, grupos das juventudes, a fim de apresentar temáticas relacionadas à gestão e participação, de forma a incentivar o fortalecimento dessas instâncias na busca por melhores serviços públicos.

Sob esse aspecto, encontram-se limites em se buscar analisar as contribuições do Projeto em relação ao objetivo geral do 10Envolver, considerando o trabalho desenvolvido *in loco* por estudantes, docentes e técnicos por 2 semanas. Essa limitação é percebida nas análises dos fragmentos apresentados, em que os trabalhos realizados e as entregas feitas aos municípios não são citados, ou então são mencionados como trabalhos pontuais. O silenciamento deste elemento ao deixar uma mensagem para futuros participantes do projeto é significativo, uma vez que não é tratado como uma questão central, um legado que deve ser observado.

Ao mesmo tempo, enquanto uma atividade de extensão universitária, baseada nos princípios da Política de Extensão e nas diretrizes do MEC, foi possível observar recorrentes associações do projeto enquanto um espaço de aprendizados e experiência que acrescenta à formação, com foco na atuação profissional. As mensagens deixadas apontam para uma vivência no projeto que possibilitou crescimento por meio do “contato com novas realidades”, que marcam características dos estudantes da EG/FJP, bem como, do acesso ainda desigual ao

ensino superior, que é vivido no Brasil. Neste sentido, este foi um legado observado por todos os estudantes: a contribuição do projeto em seu processo formativo.

Nesse processo, também foi possível identificar o Ministério Público e a Fundação João Pinheiro como figuras muito presentes na implementação e na experiência contada pelos discentes. O Ministério Público como agente necessário para garantir a participação e o envolvimento dos agentes públicos municipais, e a Fundação João Pinheiro como organizadora da atividade de imersão, e como supervisora das atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes. Mais uma vez, a figura dos servidores públicos municipais, ou mesmo dos cidadãos era vista como um papel secundário, alinhada às novas experiências que poderiam vivenciar e uma “nova realidade” que poderiam apreender. Esta questão aponta para outra reflexão importante, que diz respeito a um certo caráter messiânico da constituição do projeto, que também marca importantes discursos sobre a Administração Pública e seu papel na constituição do Estado burguês.

Há, neste sentido, uma inversão do sujeito e do predicado das ações empreendidas, uma vez que o real que se apresenta nos municípios, que são representados pelos baixos índices do IDHM, são vivenciados diariamente pelos servidores locais e os cidadãos, sendo a baixa capacidade administrativa do município um elemento que constitui essa realidade, não o contrário. Deste modo, os elementos analisados nos levam a refletir sobre a importância dos saberes ali representados, que foram os elementos que marcaram as vivências dos estudantes, mas que são mediados por uma experiência que os coloca em uma posição de poder em relação ao saber acadêmico e a formação em Administração Pública que estão levando aos municípios.

Longe de representar conclusões, este estudo abre espaço para muitas reflexões, em especial sobre a formação de Administradores Públicos capazes de lidar com problemas reais e que compreendem as diversidades regionais e todas as dimensões que envolvem a complexidade do Estado burguês e seu papel na mediação dos diversos elementos que se apresentam nas relações econômicas e sociais. Neste sentido, a prestação de serviços aos municípios ganha um caráter secundário, que irá acontecer apenas na medida em que se constituir uma relação de troca de saberes e não apenas uma extensão do saber acadêmico levado pelos estudantes e demais atores do projeto.

Para futuros estudos, é importante perceber quais são as percepções dos demais atores, em especial dos agentes municipais, sabendo que as experiências podem ser diversas para cada uma das edições. Com isso, será possível rever os objetivos do projeto, uma vez que

recorrentemente são os aspectos institucionais a serem considerados, mas partindo da compreensão de que as organizações são as pessoas e os aprendizados são os principais temas que emergem dessas experiências, as trocas com os atores locais poderiam ser o foco, para então possibilitar a construção de novas capacidades para a gestão local.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, M. (Voloshinov). (2006) **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>

FIORIN, J. L (Org.) Introdução à linguística. São Paulo: Contexto, 2003.

MINAS GERAIS. Visitas Preliminares em Bonito de Minas, Gameleiras, Pai Pedro, Indaiabira e Fruta de Leite. MP Itinerante leva Projeto 10envolver a Crisólita e Bertópolis. Slides de apresentação do Projeto 10Envolver do Ministério Público de Minas Gerais. 28 ago. 2013b. Disponível em: 10Envolver (slideshare.net). Acesso em: 29 mar. 2021.

MINAS GERAIS. Metodologia para Diagnósticos das Instâncias de Participação Popular e das Escolas Públicas Objetos do Projeto 10Envolver. Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte, Janeiro de 2013c. Disponível em: https://issuu.com/cimos/docs/metodologia_projeto_10envolver_fina/5. Acesso em: 31 mar. 2021.

MINAS GERAIS. Acordo sela parceria da Fundação João Pinheiro com Projeto 10envolver. Notícias do Ministério Público de Minas Gerias. Belo Horizonte, 28 set. 2016a. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/acordo-sela-parceria-da-fundacao-joao-pinheiro-com-projeto-10envolver.htm> . Acesso em: 06 abr. 2021.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 13 mar. 2021.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto; BACKES, Dirce Stein; CARPES, Adriana; BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares; MARCHIORI, Mara. Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: em busca de uma integração efetiva. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 377-390, jul./dez. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: www.scielo.com.br.

REZENDE, João B.; LEITE, Eduardo, T.; SILVA, Lucas. A. N. Análise da economia e finanças dos municípios brasileiros de pequeno porte: autonomia ou dependência? In: DERZI, Misabel

A. M.; BATISTA JUNIOR, Onofre A.; MOREIRA, André M. (org.). Estado Federal e tributação: das origens à crise atual. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. v. 1, p. 199-225.

SARAIVA, L. A. S. (2009) **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira**, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVEIRA, Mauro César; OLIVEIRA, Beatrice Correa de; SARAIVA, Ágnez de Lélis; SOUZA, Roberto Eduardo Santos. Imersão Municipal como uma Atividade de Extensão na Formação de Gestores Públicos: a experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas v. 2, n. 2, 2017. Disponível em:
https://www.anepcp.org.br/acp/anaienepcp/20180723131351_01_imersao_municipal_com_uma_atividade_Mauro_Silveira_pdf.